

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.498 - MS (2018/0254271-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : ALINE NASCIMENTO DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CRIME PREVISTO NO ART. 33, *CAPUT*, DA LEI N.º 11.343/2006. PRISÃO DOMICILIAR. ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE NO JULGAMENTO DO HC N.º 143.641/SP. INAPLICABILIDADE. ART. 318, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. REQUISITO OBJETIVO. FILHAS MAIORES DE 12 (DOZE) ANOS. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. É inaplicável, na hipótese, o entendimento firmado pela Suprema Corte nos autos do HC n.º 143.641/SP, haja vista que as filhas da Recorrente são maiores de 12 (doze) anos, não estando preenchido o requisito objetivo do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal. Precedentes.

2. Além disso, como declarou a própria Recorrente, na audiência de custódia, "*suas filhas estão sob os cuidados da avó materna, aliás, com quem residem*".

3. Recurso ordinário desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora